

OCUPAÇÃO DESORDENADA DOS ESPAÇOS URBANOS E SUAS CONSEQUÊNCIAS SOCIOAMBIENTAIS.

CHRISTIMANN, Pedro Henrique.¹

CAMPOS, Rodrigo José de.²

BAVARESCO, Sciliane Sumaia Sauberlich.³

RESUMO

Este artigo está inserido na linha de pesquisa de urbanismo e planejamento urbano, no qual aborda sobre as consequências do processo do exôdo rural, para o aspecto ambiental. No referencial teórico apresenta-se aborgadens, nas quais descata este processo, juntamente com o processo do crescimento desordenado das cidades, os impactos ambientais e por último aborda sobre planejamento urbano. Posteriormente apresentou-se a análises e discussões, nas quais mostraram a importância do planejamento urbano no âmbito da organização espacial, relatando que o mesmo pode evitar consequências ambientais.

PALAVRAS-CHAVE: Exôdo Rural, Impactos ambientais, Crescimento Desordenado, Planejamento Urbano.

1. INTRODUÇÃO

Este artigo está inserido na linha de pesquisa de urbanismo e planejamento urbano, no qual aborda o assunto relacionado a migração das pessoas do campo para as cidades, contextualizando os impactos gerados a partir do exôdo rural, para o meio ambiente. Fator que foi gerado devido, ao lento processo de planejamento urbano das cidades, no qual não acompanhou o ritmo acelerado da urbanização. O crescimento rápido das grandes metrópoles, ocasionou grandes problemas para o meio ambiente, causando desta forma riscos para a habitação humana. Fator que é agravado devido a preocupante ocupação irregular do uso e solo. Deste modo, o problema desta pesquisa baseia-se em:

¹Pedro Henrique Christmann,. 21 anos, graduando do curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário FAG E-mail:pedrochristmann@hotmail.com.

²Rodrigo José de Campos, 22 anos, graduando do curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário FAG, E-mail:rodrigo.campos544@hotmail.com.

³Sciliane Sumaia Sauberlich Bavaresco, Arquiteta, professora orientadora, docente do curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Fundação Assis Gurgacz, Cascavel – PR. Pós-Graduada em Arquitetura Paisagística pela Fundação Assis Gurgacz, Cascavel - PR e em Design de Interiores pela Universidade Paranaense, Cascavel – PR e pós-graduanda em Arquitetura de Hospitais, Clínicas e Laboratórios pelo Instituto Brasileiro de Educação Continuada, Foz do Iguaçu – PR. E-mail: sciliane@hotmail.com

Como o crescimento populacional urbano pode vir a acarretar uma depredação no aspecto socioambiental da cidade? Com isso, as hipóteses sugerem que, com o estudo sobre o crescimento populacional das grandes metrópoles, será possível entender quais os aspectos contribuíram para a depredação ambiental, podendo ser enfatizado de maneira teórica.

O objetivo geral deste trabalho, é analisar o contexto teórico de como a ocupação irregular causada pelo crescimento desordenado, causou consequências para o meio ambiente. Os objetivos específicos condizem em: buscar o entendimento sobre o processo do êxodo rural; mostrar como a falta de planejamento pode contribuir com o crescimento desordenado das cidades; exemplificar os impactos ambientais causado pela desordem urbana; contextualizar planejamento urbano; e analisar a importância do planejamento urbano para o meio ambiente.

2. REFERENCIAL TEÓRICO OU FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 EXÔDO RURAL

O processo do êxodo rural, pode ser entendido como o deslocamento das pessoas que residiam no campo, para as cidades. Este processo ocorreu desde a antiguidade, com o início da história dos povos. Pode-se usar como exemplo, a Roma antiga, na qual ocorreu uma grande migração para as cidades Romanas. Já na idade média, o fato que fez com que as pessoas saíssem do campo para a zona urbana, foi o surgimento das atividades comerciais, nas quais impulsionam o desenvolvimento das cidades, e que deram início a divisão das classes sociais. Portanto, com o início do processo de industrialização no século XVII, os camponeses se sentiram atraídos pelas grandes cidades, buscando melhorias na qualidade de vida e melhores salários (MARTINS, s/d).

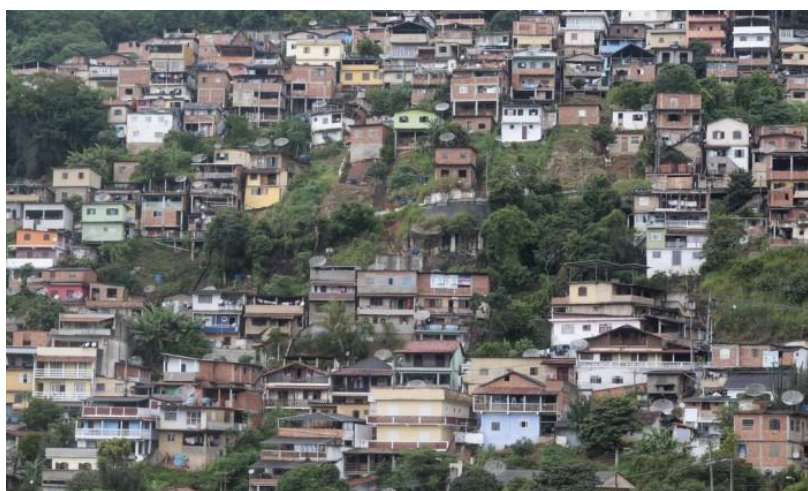
No Brasil, este processo se destacou no mandato do presidente Juscelino Kubitschek, no qual houve um grande investimento no desenvolvimento industrial, principalmente na região Sudeste. Com isso, em 1970 e 1980, as pessoas migraram da região Nordeste para a região Sudoeste do país, trazendo desta forma, o despreparo das cidades para receber estas pessoas. Através deste processo migratório, o índice de desemprego, aumento das favelas e violência veio a aumentar. Um grande exemplo da falta de infraestrutura das cidades, para acolher os migrantes, ocorreu no Brasil com a construção de Brasília, muitos habitantes foram até lá para tentar emprego na construção civil. O

resultado disto, foi o crescimento desordenado das cidades, formando muitos problemas sociais, que duram até os dias de hoje (GAGGERO e MANTIÑAN, 2001).

2.2 CRESCIMENO DESORDENADO DAS CIDADES

Martins (2012), diz que o crescimento urbano desordenado teve origem após a década de 1950, devido aos grandes avanços tecnológicos que ocorreram naquela época. Esses avanços surgiram na agricultura devido à grande demanda de alimentos, com isso o campo acabou sofrendo uma grande modernização, o que acarretou a migração do campo para as cidades. Nesta fase iniciou-se a relocação da população, que até o devido momento vivia no campo e trabalhava em fazendas de pequenas propriedades. As cidades não estavam preparadas para receber tamanha demanda e em muitas delas, foram selecionadas quem poderia viver em determinados bairros com infraestrutura básica na época, gerando desta forma a supervalorização em terrenos de bairros para uma classe mais elevada. Com isso, as pessoas que não tinham condições financeiras, passaram a morar em locais mais afastados, ou até mesmo invadindo locais inapropriados, como encostas, áreas de preservação e campos. Desta forma, surege então, as periferias, que não provém de infraestrutura básica e nem de serviços públicos.

Figura 01: Ocupações irregulares, devido a urbanização:



Fonte: Fucap (2016).

A ocupação desordenada nos grandes centros urbanos, foi provocada por todos os tipos de classes sociais, rompendo com alguns mitos urbanos, que diziam que a ocupação de encostas era um problema normalmente associado à população carente de recursos financeiros. É notório que a própria paisagem natural atrai também as camadas mais abastadas da população para a ocupação de áreas, que se beneficiam de privilégios facilitando a realização de seus projetos e interesses pessoais, alterando o ambiente com obras e edificações sem planejamento, ocupando áreas de preservação permanente, que deveriam estar protegidas por leis ambientais ou áreas, que pela sua natural topografia, representa risco à habitação humana (DOMINGOS, 2010).

De maneira geral, as cidades se desenvolveram mais rapidamente do que o ato de planejar o meio urbano, o que resultou em impactos negativos no meio ambiental e social. A falta de moradias, gerou o processo de favelização e carência na infraestrutura urbana, contribuindo para o aumento da poluição, periferização, aumento do fluxo no trânsito, população pobre e ocupações irregulares. A modernização no processo econômico do Brasil, não influenciou para que estes problemas fossem resolvidos, pois a mesma deu ênfase para as desigualdades já existentes, sempre apoiando a concentração de renda. Contudo, a diferença no poder aquisitivo entre os ricos e os pobres, é hoje muito maior do que no início da modernização (JUNIOR s/d).

2.2.1 Impactos ambientais

No século XXI, os problemas ambientais começaram a se destacar. Os primeiros indícios, foram através da exploração dos recursos mineiros, e posteriormente com o crescimento desordenado das cidades, ocasionando o aumento da demanda dos recursos básicos. Contudo, enfatiza-se também neste contexto, o desmatamento de encostas e rios, o que provoca um grande volume de água a ser escoada, provocando grandes inundações e enchentes, influenciando desta forma, o ciclo hidrológico (OLIVA JUNIOR, s/d).

Com o grande aumento populacional, e o crescimento das cidades sem o devido planejamento urbano, as perdas ambientais vêm acontecendo nas últimas décadas, que são: destruição e contaminação de nascentes, a extinção de espécies de animais geradas através da ocupação irregular de lugares, sendo destruídos o habitat natural da fauna, ocasionando desta forma outros problemas, como: erosão, alagamentos e alterações climáticas. (NETO COELHO, 2001).

Figura 02: Poluição dos rios, causada pelo processo de urbanização acelerada:



Fonte: Tv Asa Branca (2013).

Contudo Silva (1997), ressalta que este processo motivou a elaboração de novos loteamentos sem preocupação com o meio ambiente, e com a organização socioespacial das cidades, causando à carência de habitação, desemprego e carências na infraestrutura básica. O autor enfatiza também sobre as mudanças climáticas que foram ocasionadas pelo impacto da urbanização, porém nem todo espaço urbano foi agredido por esses fatores, sendo desta forma a população menos favorecida os mais atingidos por estes fatores negativos.

É importante ressaltar, a necessidade de um planejamento urbano que lide com todos os espaços, incluindo as dimensões sociais. O mesmo tem por objetivo a qualidade de vida da população, promovendo o bem-estar social, e viabilizando a integração do contexto urbano com o meio ambiente de forma que, ambos sejam preservados (SILVA, 1997).

2.3 PLANEJAMENTO URBANO

O urbanismo pode ser definido como uma atividade, na qual é relacionanda com o controle e planejamento das cidades, possuindo um caráter multidisciplinar, podendo ser classificado com uma ciência humana. O urbanismo é inserido no processo de crescimento demográfico, no qual enfrenta os problemas relacionados com a urbanidade e civilização. Já o Planejamento Urbano, lida com aspectos políticos e técnicos relacionado com a utilização do espaço, qualidade de vida, desenho ambiental e desenho urbano, sendo uma parte desta multidisciplinariedade do urbanismo (CHOAY, 2001).

O processo de urbanização no Brasil foi marcado por alguns períodos. O primeiro período destacou-se pela intenção de melhoramentos no contexto urbano em determinados locais das cidades. Tentavam melhorar a cidade com profissionais que atuavam no curso de engenharia. O segundo período aconteceu em meados de 1930 a 1950 e foi marcado pela elaboração de planos, tendo por objetivo planejar a extensão das cidades através de sistemas viários e articulação dos bairros da área urbana da época. Foi neste período que foram elaborados os primeiros planos e propostas de zoneamento. O terceiro período ocorreu entre os anos de 1950 e 1964, no qual destacou-se o início dos planos regionais, iniciando desta forma uma nova fase do urbanismo no Brasil: A migração do campo para a cidade, aumentando a área urbana, trazendo desta forma a conturbação e crescimento desordenado como consequência (LEME, 1999).

Foi desenvolvido em 1950 no Brasil, um discurso que discorria sobre a necessidade de ligar os planos urbanos com outros objetos. Tal discurso atingiu grande importância na imagem do plano diretor e passou a ser chamado de ‘Planejamento Urbano’ ou ‘Planejamento Urbano Integrado’ (CSABA *et al* SCHIFFER, 2004). Para Del Rio (1990), As atividades permanentes relacionadas com o planejamento urbano, tem o objetivo de alcançar parâmetros sociais e econômicos, podendo ser alcançados apenas através do planejamento. Contudo, esta ferramenta passou a ser uma ferramenta indispensável para a tomada de decisões para atividades permanentes.

Surgiram em 1960, os primeiros protestos e críticas sobre a qualidade de vida no meio urbano que vinha sendo construído pela iniciativa privada e pelo poder público. Tais críticas evidenciavam a falta de qualidade dos espaços urbanos na arquitetura e os impactos ambientais que os empreendimentos causavam no meio ambiente. No entanto, as cidades eram vistas como potencialização de problemas e ferramenta de aumento de investimentos para acumulação do capital. Portanto, foi através dessas críticas de valores, que o Desenho Urbano se consolidou como uma profissão e campo de conhecimento. Com a II Guerra Mundial, o Planejamento Urbano e Regional

passou a ter uma posição e destaque no processo de desenvolvimento, objetivando desta forma, a implementação de novos projetos e objetivos (Del Rio, 1990).

Csaba *et al* (2004), destaca que:

O planejamento urbano seria um processo contínuo do qual o plano diretor constituiria um momento; o processo seria uma atividade multidisciplinar e envolveria uma pesquisa prévia – o diagnóstico técnico – que revelaria e fundamentaria os “problemas urbanos” e seus desdobramentos futuros, cujas soluções seria objeto de proposições que integram os aspectos econômicos, físicos, sociais e políticos das cidades e cuja execução tocaria a um órgão central coordenador e acompanhador da sua execução e contínuas revisões (CSABA *apud* SCHIFFER, 2004, p. 188).

Lamas (2004) assegura que, a produção da cidade pode ser entendida como um mecanismo de partilhar edifícios no território, podendo desta forma resolver problemas funcionais e elaborar condições para o investimento econômico. Já Acioly (1998), diz que o crescimento das cidades está ligado com a capacidade que ela tem de se alto sustentar pelos recursos que são gerados e necessários para manter os processos de produtividade sustentável e com a eficiência em que elas conseguem aumentar investimentos públicos e privado.

3. METODOLOGIA

A metodologia utilizada para o desenvolvimento desta pesquisa, se deu através da pesquisa bibliográfica e pesquisa documental.

Segundo Lakatos e Marconi (2002), a pesquisa bibliográfica pode ser realizada através de consultas em livros, revistas, publicações de artigos e imprensa escrita. Tem por objetivo fazer com que o pesquisador encontre o conteúdo solicitado através do contato direto com o material, podendo ser considerada o primeiro passo da pesquisa científica.

Já a pesquisa documental, pode ser caracterizada através de levantamentos encontrados em documentos, podendo ser escritos ou não, como por exemplo, as fotografias (LAKATOS E MARCONI, 2002).

4. ANÁLISES E DISCUSSÕES

O crescimento desordenado no Brasil, foi desencadeado por uma série de mudanças, com isso, destaca-se a produção da visão do mundo que surgiu a partir da mecanização na agricultura e industrialização das cidades. Porém, a política de desenvolvimento econômico, não visou o desenvolvimento social e ambiental, o que resultou numa série de problemas sócioambientais e socioespaciais (MARTINS, 2012).

Com base no que foi apresentado no referencial teórico, pode-se analisar que o grande fator que estabeleceu a degradação ambiental, foi o crescimento desordenado das cidades. O crescimento do Brasil, nos últimos 50 anos se deu de forma muito acelerada no âmbito urbanístico, e em muitas cidades, os problemas ambientais encontrados, são resultados da falta de utilização de fatores adequados no meio físico.

Contudo, na maioria dos casos não foi considerado o planejamento urbano da cidade e a sua capacidade de suporte para receber as migrantes, fazendo com que a natureza se modificasse por meio das construções de estradas, casas e indústrias. O meio ambiente foi agredido de forma direta, e logo, a população também, pois com isso, é visível a diminuição da qualidade de vida da humanidade.

As cidades são consideradas reflexo da modificação do espaço natural, sendo propriedade da organização da sociedade e das formas físicas. Com a degradação ambiental, resulta em devolver para o meio ambiente esses espaços ocupados irregularmente, sendo assim, podendo ser utilizado o paisagismo das cidades. Muitos problemas como a erosão, assoreamento de cursos d'água, poluição do ar, falta de áreas verdes, uso de áreas para deposição do lixo e outros que já foram citados no referencial teórico, são consequências da falta de organização entre as cidades, e o meio ambiente (MARTINS, 2012). Com isso, destaca-se a utilização do planejamento urbano para as cidades, pois o mesmo tem por finalidade analisar os aspectos essenciais pra qualidade de vida, organiza-los e integra-los com o meio ambiente, afim de que o contexto urbano e ambiental sejam preservados de maneira adequada e saudável.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se concluir, que este trabalho foi de grande valia para o entendimento sobre o processo de urbanização no Brasil, de maneira desordenada e posteriormente entender as causas deste processo

para o meio ambiente, o que resulta na qualidade de vida humana, atingindo desta maneira, o objetivo geral desta pesquisa.

O problema desta pesquisa baseava-se em como o crescimento populacional urbano pode vir a acarretar uma depredação no aspecto socioambiental da cidade, com as abordagens do referencial teórico foi possível resolver este problema, pois com o estudo sobre o crescimento populacional das grandes metrópoles, foi possível entender quais os aspectos contribuíram para a depredação ambiental, como viabilizava as hipóteses.

Os planejadores responsáveis pelo desenvolvimento urbano, trabalham juntamente com as autoridades do local, entendendo quais as necessidades que a população e o espaço requer, e posteriormente apresentando planos.

Contudo, é importante frisar, que o resultado de qualquer ação precisa de um planejamento antes da execução, para que possíveis danos sejam evitados. No contexto urbano não é diferente, é necessário projetos e planejamentos de infraestrutura básica, aspectos ambientais, socioeconômicos, socioespaciais, regionais, entre outros; para que problemas futuros não sejam causados por falta de organização espacial. Com isso, destaca-se a importância do planejamento urbano, pois o mesmo contribui para que casos como estes, de degradação ambiental, podem ser evitados.

REFERÊNCIAS

COELHO NETO, A. L. **Hidrologia de encosta na interface com a geomorfologia**. In: GURRA, A. J. T.; CUNHA, S. B. **Geomorfologia: Uma atualização de bases e conceitos**. 4. ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2001. p. 93-148.

CHOAY, Françoise. **O Urbanismo**. 5.ed. São Paulo: Perspectiva, 2003. ____ 37 3.9 OBRA: HAROUEL, Jean-Louis. **História do Urbanismo**. 3.ed. Campinas: Papirus, 2001.

CSABA, D.; SCHIFFER, S. R. **O Processo de urbanização no Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

DEL RIO, Vicente. **Introdução ao desenho urbano no processo de planejamento**: São Paulo, Pini, 1990.

DOMINGOS, Thiago Augusto. – **São Paulo: Pearson Prentice Hall**, 2010.

GAGGERO, H.; GARRO, A. F.; MANTIÑAN, S. C. **Historia de la América en los siglos XIX e XX**. Buenos Aires: Aique, 2001.

JUNIOR, José Carlos Ugeda. **Urbanização Brasileira, Planejamento Urbano e Planejamento Da Paisagem.** s/d. Disponível em: < <http://www.ambiente-augm.ufscar.br/uploads/A2-151.pdf>> . Acesso em: 12 de Novembro de 2017.

LAMAS, José M. Ressano Garcia. **Morfologia Urbana e Desenho da Cidade.** 3.ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos da metodologia científica.** São Paulo: Atlas, 2002.

LEME, Maria Cristina da Silva. **Urbanismo no Brasil – 1985-1965.** São Paulo: Estudio Nobel; FAUSP, FUPAM, 1999.

MARTINS, Cecilia Maria Pereira. **Êxodo Rural,** s/d. Disponível em: < http://www.cesadufs.com.br/ORBI/public/uploadCatalogo/14353018122013Geografia_Rural_aula_06.pdf>. Acesso em: 13 de Novembro de 2017.

MARTINS, Karla Gonçalves. **Expansão Urbana desordenada e aumento dos riscos ambientais à saúde humana: O caso Brasileiro.** 2012. Disponível em: < http://bdm.unb.br/bitstream/10483/4135/1/2012_KarlaGoncalvesMartins.pdf>. Acesso em: 13 de novembro de 2017.

OLIVA JUNIOR, Elenaldo Fonseca de. **Os Impactos Ambientais Decorrentes Da Ação Antrópica Na Nascente Do Rio Piauí - Riachão Do Dantas/Se,** s/d. Disponível em: <http://fjav.com.br/revista/Downloads/edicao07/Os_Impactos_Ambientais_Decorrentes_da_Acao_Antropica_na_Nascente_do_Rio_Piaui.pdf>. Acesso em: 11 de Novembro de 2017.

SILVA, J. A. da. **Direito Urbanístico Brasileiro.** 2ª ed. rev. At. 2ª tiragem. São Paulo MALHEIROS EDITORES, 1997, 421p.